

O recado dos credores no Senado

12.000 1990

J. CARLOS DE ASSIS

Não houve surpresas no depoimento dos dois banqueiros convidados para o seminário "A renegociação da dívida externa", promovido pelo Senado. John Reed, Presidente do Citicorp, e Eiichi Matsumoto, Vice-Presidente do Banco de Tóquio, fizeram exposições ao gosto dos respectivos conselhos de administração, como eficientes cobradores. Se dissessem outra coisa, "perderiam o emprego", conforme a observação cáustica do Embaixador Jório Dauster, que esboçou no mesmo encontro a estratégia de negociação brasileira.

Se houve alguma utilidade na presença de dois importantes executivos de bancos credores num seminário aberto, a mais evidente é que não devemos alimentar ilusões quanto a atitudes conciliadoras no tocante ao abatimento parcial da dívida. Isso desloca o eixo da negociação para o

Dívida externa

FMI ou, mais realisticamente, para os bastidores das relações do Brasil com o Governo americano. Afinal, partiu do Presidente Bush a constatação formal de que a dívida externa latino-americana é impagável. Cabe aos nossos negociadores explorar essa deixa.

O ponto central será convencer o Fundo a aprovar um programa que delimita, explicitamente, o montante a ser liberado por conta do serviço da dívida, compatível com as metas do orçamento monetário e do orçamento fiscal. A rigor, como essas metas já estão estabelecidas para este ano, e ao menos sinalizadas para o próximo (na Lei de Diretrizes Orçamentárias), trata-se de obter seu aval para o programa de estabilização, a partir de uma avaliação de sua consistência técnica e dos dados empíricos que estão sendo levantados.

No orçamento em curso, não há indicadores desagregados de quanto o Governo reservou este ano para o

GLOBAL

serviço da dívida externa oficial. Estão sendo pagos os compromissos com o próprio FMI, o Banco Mundial, o BID e o Clube de Paris, que representam mais de US\$ 5 bilhões. Isso, contudo, é um terço do total de juros e amortização estimado para este ano pelo diretor da área internacional do Banco Central, Antônio Cláudio Sochactzewski, referente à dívida registrada — sem considerar os juros atrasados de 89, e o custo das linhas de curto prazo neste ano (cerca de US\$ 2 bilhões).

O mesmo critério de prioridade será mantido como escopo da renegociação global, o que implica um tratamento diferenciado para os credores privados. Portanto, até o eventual acordo, será mantida a moratória parcial da dívida. Não por opção deliberada de acumular atrasados, mas simplesmente porque não haveria caixa, em dólar e também em cruzeiro, para fazer face ao total dos compromissos vencidos e a vencer no curto prazo.

Além disso, não existem a esta altura dados concretos de execução orçamentária ou de desempenho de política econômica que possibilitem uma projeção realista para fundamentar uma proposta de acordo. A inflação deu uma refreada, mas é cedo para estimar uma tendência definitiva. Admite-se, por isso, que as conversações com o FMI se arrastem, no mínimo, até outubro, ainda no nível técnico. Antes, na segunda quinzena de setembro, ocorrerá a reunião anual dos diretores do próprio Fundo e do Banco Mundial. Será neste foro político, mais do que nas preliminares técnicas em andamento, que o novo enfoque brasileiro para o equacionamento "definitivo" da questão da dívida será testado. Dependendo do resultado, a ele terá de adaptar-se a banca privada que, sem respaldo político, não tem qualquer poder de chantagem para retirar daqui o pouco que pôs até 82, e o muito que se reproduziu daí em diante por força da incidência de juros cumulativos extorsivos.